

CPI já pode sequestrar bens de Alves

A CPI do Orçamento "já tem provas suficientes para pedir o sequestro dos bens do deputado João Alves", afirmou ontem o senador José Paulo Bisol (PSD-RS). O senador, que é juiz federal, explicou que por "inexperiência", os parlamentares desconhecem os amplos poderes jurisdicionais de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Ele afirmou que o sequestro ou indisponibilidade dos bens de João Alves (PPR-BA), principal acusado de manipulação dos recursos do Orçamento até agora, deveria ser requerido, pelo menos durante as investigações da CPI, "com proteção ao patrimônio da União que foi lesado".

Presidente da Subcomissão de Patrimônio da CPI do Orçamento, Bisol trabalhou até o início da tarde de ontem em seu gabinete, analisando as declarações de renda de seis dos suspeitos de cor-

rupção com recursos do Orçamento. O primeiro relatório concluído é sobre o ex-ministro e deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE). Segundo o senador, foram identificadas inúmeras "ambiguidades e coisas estranhas".

Patrimônio — Bisol informou que hoje estarão prontos os relatórios sobre a evolução patrimonial do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) e do ex-diretor do Orçamento da União e autor das denúncias, José Carlos dos Santos. A subcomissão está analisando também as declarações de renda dos deputados João Alves, José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Manoel Moreira (PMDB-SP).

A busca de informações complementares incluirá o cruzamento de dados com cartórios nas regiões onde os parlamentares declararam que compraram os bens. Dados como bonificações e doações serão checados com a própria Receita Federal, que vai revisar as declarações de Imposto de Renda. Bisol espera obter "valiosas informações" junto ao Ministério Público, onde ele pedirá ajuda para que sejam colhidas junto à população informações sobre "bens ocultos", não declarados pelos suspeitos.

ERALDO PÉRES



Bisol garante já ter provas suficientes para pedir o sequestro dos bens de João Alves, principal acusado